

SEGUNDO REAJUSTE ZERO

Quarta-feira, dia 23, o Reitor informou à Diretoria da ADUNICAMP que, por decisão do CRUESP, também não haverá reajuste de salários no mês de janeiro.

VEJA QUANTO VOCÊ ESTÁ PERDENDO

De acordo com o IPC (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação IBGE), a inflação de dezembro foi de 18,3%. Para manter seu poder aquisitivo, o nosso salário deveria passar, naquele mês, de 100 para 118,3%. Como não houve nenhum reajuste, ficamos com 100/118,3, ou seja, 84,5% do salário real de novembro. Perdemos 15,5% do nosso poder aquisitivo.

Com a previsão de uma inflação de aproximadamente 20% em janeiro, para manter o seu poder aquisitivo de novembro, o nosso salário deveria passar para 141,96% (120% de 118,3). Como, mais uma vez, não haverá reajuste nenhum, deveremos viver agora com 100/141,96, ou seja, 70,4% do nosso poder aquisitivo de novembro.

No total, em dois meses, levarão 29,6% do nosso salário.

ORÇAMENTO MISTERIOSO

CRUESP NÃO QUER NEGOCIAR

O Secretário do Fórum das Associações de Docentes das três universidades públicas paulistas tentou, repetidas vezes, desde o início do mês, marcar uma audiência com o Conselho de Reitores. Não conseguiu. O CRUESP não quer conversa. Nem mesmo uma reunião para o anúncio do índice de reajuste foi realizada. O reajuste ZERO foi anunciado em cada universidade pelo respectivo Reitor.

Essa decisão reveste-se de maior gravidade tendo em vista que janeiro é a nossa data-base. Temos uma longa lista de reivindicações, salariais e outras, todas importantes para o bom andamento do nosso trabalho. Esperamos que o CRUESP reveja rapidamente a sua posição, para que se mantenha o fórum de discussão dos problemas comuns às três comunidades.

Um dos itens mais importantes da pauta da data-base trata justamente da constituição de uma comissão com representação da associação de docentes para acompanhar a execução orçamentária. Hoje, muito pouco sabemos sobre as finanças da universidade. Os dados disponíveis são excessivamente agregados, parciais e, não raro, inconsistentes.

Por exemplo, o percentual dos recursos gastos com pessoal é calculado pela simples comparação entre, de um lado, as folhas de pagamento mensais e, de outro, os repasses do ICMS. A utilização desses dados está totalmente errada. Eles apresentam fluxos normalmente associados a aplicações financeiras que geram recursos adicionais. Sobre essas aplicações não temos informações.

Essas comparações levam também a pensar que os gastos com pessoal deixam apenas 2 a 10% do orçamento para financiar todas as demais despesas da universidade. Essa idéia deveria bastar para deixar desconfiado qualquer observador atento: na verdade, além disso, os repasses do ICMS não representam todos os recursos gastos pela universidade. Qual a importância das outras fontes de recursos da universidade, dos inúmeros e variados convênios? Como esses recursos são gastos? Sobre tudo isso, não temos a menor idéia.

Para que seja possível uma avaliação séria do desempenho das universidades públicas, das suas reais prioridades, do verdadeiro impacto da folha de pagamentos, defendemos a elaboração de um orçamento completo e compreensível.

**REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES
28/02 - 12:00 h - CB: 10.**

**ASSEMBLÉIA GERAL DOS DOCENTES
06/03 - 12:00 h - CB: 10.**

Pauta: A Questão Salarial

GOVERNO TAMBÉM É RESPONSÁVEL

O limite mínimo de 8,4% do ICMS que deve ser repassado às três universidades públicas é discutido desde a sua fixação. No primeiro semestre do ano passado, já diante da recessão, as associações docentes defenderam a elevação desse percentual para 10,5%, (considerando em particular que, com os governos que temos, o mínimo acaba também como o máximo). Entretanto, graças fundamentalmente a uma orientação expressa do executivo, essa alteração não foi aprovada.

O agravamento da recessão, com suas inevitáveis repercussões sobre a arrecadação do ICMS, coloca graves problemas para as Universidades, independentemente da qualidade de suas administrativas. O governo não pode deixar de considerar essa realidade, nem pode usar a autonomia financeira para se eximir de toda e qualquer responsabilidade. Isso seria pura irresponsabilidade.

Na esperança de despertar a sensibilidade do governo para a situação das universidades públicas, o Fórum das três ADs já solicitou uma audiência ao Secretário de Ciência e Tecnologia.

Uma ajuda governamental imediata pode adotar várias formas: empréstimo emergencial, adiantamento de recursos etc. Com vistas a atacar o problema pela base, o governo deveria também ajudar as universidades a construir fundos de capitalização para enfrentarem as variações conjunturais da sua receita.

Na mesma linha, os representantes do governo nos Conselhos Universitários ajudariam muito apoiando a nossa reivindicação de um orçamento detalhado e completo, instrumento indispensável a uma gestão de QUALIDADE.

COMPROMISSOS NÃO CUMPRIDOS

Os Reitores prometeram manter o salário real durante o ano de 1990. Não cumpriram. Prometeram mais, prometeram uma valorização REAL do salário de, pelo menos, 10%. Também não cumpriram. Se o reajuste mensal de acordo com a inflação fosse respeitado em dezembro, apenas os professores MS-3 a MS-6 não teriam perdas salariais durante o ano que passou, graças à chamada valorização da carreira, em outubro. Como não houve nenhum reajuste em dezembro, houve perda de poder aquisitivo em todos os níveis da carreira.

APOSENTADORIA NA UNICAMP

Neste momento de grande reflexão sobre os destinos das universidades em geral e da UNICAMP em particular, uma questão vem aflorando paralelamente às discussões sobre excelência acadêmica e papel social da universidade. Trata-se da questão do financiamento das atividades universitárias e, agora, intimamente ligado a ele, o do pagamento de aposentadorias.

No final do ano passado, duas deliberações do CONSU avançaram sobre a questão da aposentadoria. A primeira, fixando normas para a absorção de professores aposentados e a segunda modificando os prazos de fixação no Regime de Dedicção Exclusiva (RDIDP) para aquisição do direito de aposentadoria por esse regime.

Essa preocupação da Universidade é louvável, uma vez que, embora contemos com poucos inativos na UNICAMP, sabe-se que esse número tende a aumentar muito num futuro próximo. O pagamento de aposentadorias é feito pela universidade com a mesma verba destinada aos salários. Além disso, a UNICAMP paga 12% do valor dos salários ao IPESP (6% descontados do salário e 6% pagos pela Universidade), que responsabiliza-se exclusivamente pelo pagamento de pensões, valor pequeno se comparado com a arrecadado e, principalmente, com o que a universidade paga de aposentadoria.

Em documento entregue à Diretoria da ADUNICAMP na última reunião que tivemos com o Reitor, é lançada a idéia de um Fundo de Capitalização para aposentadoria na UNICAMP. Acreditamos ser este um assunto fundamental para discussão entre os docentes, pois implica em várias mudanças. A primeira, mais visível, é que a universidade deixaria de fazer transferências para pagamento de aposentadorias, permitindo aplicações do excedente no mercado financeiro; a segunda é que provavelmente, para viabilizar o fundo, seja necessário um desconto maior sobre os salários. No entanto, talvez a consequência mais interessante seja a possibilidade do gerenciamento conjunto desse fundo, retomando-se uma prática (suspensa durante anos do regime militar), estabelecida pela Lei Elói Chaves, de 24/01 de 1923...

IPTU - ABAIXO ASSINADO OAB

A OAB - Campinas está organizando um abaixo assinado de desacordo com a lei municipal que aprovou a reforma tributária e de autorização para apresentação de Projeto de Lei Modificativo.

Embora a diretoria da ADUNICAMP não tenha se posicionado em relação a tal manifestação, resolvemos colocar na sede da entidade os formulários para o abaixo assinado. Os interessados devem trazer o número do seu título de eleitor em Campinas..